

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 548 - Brasília, segunda-feira, 22 de setembro de 1997

Empresa ameaça floresta amazônica

Jefferson Péres adverte para riscos de exploração mal planejada ou mal executada

A exploração empresarial da floresta deve ser precedida de competentes e cuidadosos estudos de impacto ambiental, segundo afirmou na sexta-feira o senador Jefferson Péres. Ele advertiu que "experiências de exploração mal planejadas e executadas poderão ameaçar irremediavelmente a sobrevivência da flora, da fauna e sobretudo das populações cujo ciclo de vida é regido pela pesca e pela navegação". **Página 3**



Jefferson cobra do governo informações sobre a capacidade de fiscalização do Ibama

Como obter verbas sem intermediação

O *Jornal do Senado* publica hoje a relação, por estado, dos pontos de recepção da 2ª teleconferência, marcada para o dia 30, sobre como obter recursos direto da fonte. **Págs. 4 e 5**

Suplicy questiona nomeações no BC

Eduardo Suplicy questiona o fato de o Banco Central promover a nomeação de diretores aprovados pelo Senado sem especificar as áreas em que atuarão. **Página 6**



Substituto de Beni Veras deve ir amanhã ao plenário



Flaviano: proposta para apressar reforma agrária

Plenário votará 2 assuntos polêmicos

Duas propostas de ampla repercussão serão analisadas esta semana pelo Senado. O plenário votará amanhã o substitutivo do senador Beni Veras à proposta de reforma da Previdência Social que introduz grandes modificações no sistema de aposentadoria. Também poderá ser incluída na pauta a votação, em turno suplementar, do projeto de Flaviano Melo estabelecendo normas que visam acelerar a reforma agrária. **Página 2**

Plenário vota amanhã reforma da Previdência

ACM recebe hoje Figueres

O presidente do Congresso Nacional, Antonio Carlos Magalhães, recebe hoje, às 16h15, no Salão Nobre do Senado Federal, o presidente da Costa Rica, José María Figueres, que está em visita oficial ao Legislativo brasileiro.

O plenário do Senado Federal votará amanhã, em primeiro turno, o substitutivo do senador Beni Veras (PSDB-CE) à proposta de reforma da Previdência Social aprovada pela Câmara dos Deputados. Também para esta semana está prevista a votação, em turno suplementar, de projeto do senador Flaviano Melo (PMDB-AC) instituindo normas que visam acelerar a reforma agrária.

A proposta de reforma previdenciária introduz grandes modificações no sistema de aposentadoria: idade mínima

de 60 anos para homens e 55 para mulheres; extinção do sistema proporcional para funcionários públicos; e redução de até 30% dos proventos que o servidor percebia na ativa.

Entre as alterações incorporadas ao substitutivo de Beni Veras está a criação de uma fase de transição para quem já é contribuinte, aumentando em 20% o tempo necessário para o início da aposentadoria, com idade mínima de 53 anos, para homens, e 48 para mulheres, e comprovação de 35 ou 30



Osmar é autor do substitutivo ao projeto de Flaviano

anos de contribuição, respectivamente.

TERRA

O projeto de Flaviano Melo, com substitutivo do relator, Osmar Dias (PSDB-PR), reduz o prazo durante o qual o dono da fazenda pode recorrer à Justiça para tentar

reclassificar a terra como produtiva, fugindo à desapropriação. No texto original, o prazo é de dois anos; na primeira votação, foi aprovado o de 90 dias, e no turno suplementar o plenário vai apreciar proposta de 150 dias.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

14h30 - Presidência Sessão Não Deliberativa do Senado Federal

16h15 - Recebe o presidente da Costa Rica, José María Figueres. Salão Nobre do Senado Federal

17h - Recebe o presidente do Instituto Tancredo Neves, Antonio Cabrera

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Não Deliberativa do Senado

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Terça-feira (23.09.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: O tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente será dedicado a comemorar a abertura da Semana Nacional do Jovem, criada pela Lei nº 8.680/93, e a homenagear o Instituto Internacional da Juventude para o Desenvolvimento

Oradores inscritos: Valmir Campelo, Benedita da Silva e Francélio Pereira.

Ordem do Dia: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: votação em primeiro turno da "PEC nº 33/96 (tramitando em conjunto com a PEC nº 14/96), que modifica o sistema de previdência social e estabelece normas de transição; "PEC nº 14/96 (tramitando em conjunto com a PEC nº 33/96), que modifica o sistema de previdência social instituindo o regime básico unificado, dispõe sobre regime complementar público e privado e estabelece normas de transição no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e discussão em turno único do "PLS nº 20/95, que institui o Programa Nacional de Reflorestamento de Encostas, a cargo do Ibama; do "PLC nº 22/96, que altera o art. 2º da Lei nº 8.501/92, que dispõe sobre a utilização de cadáver não reclamado para fins de estudos ou pesquisas científicas; e "PLS nº 319/95, que cria o Comitê de Gestão dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco

Quarta-feira (24.09.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: discussão em turno único do "PLC nº 175/97, que dispõe sobre o endosso de cheques; e do "PLS nº 176/97, que dispõe sobre a gestão das entidades fechadas de previdência privada

Quinta-feira (25.09.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: discussão em turno único do "PLC nº 23/97, que acrescenta parágrafo ao art. 2º do Decreto-Lei nº 2.236/85, que altera a tabela de emolumentos e taxas aprovada pelo art. 131 da Lei nº 6.815/80; e "Parecer nº 442/97, sobre a Indicação nº 8/95, de autoria do senador José Agripino, que solicita estudos visando à instalação do Sistema de Transmissão Venezuela-Brasil de utilização de energia, concluindo favoravelmente à execução e ao caráter urgente da referida obra

Sexta-feira (26.09.97)

9h - Sessão Não Deliberativa do Senado

COMISSÕES

Terça-feira (23.09.97)

15h - Comissão de Orçamento

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PL nº 15/97-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de R\$ 610,23 mil, para os fins que especifica; "PL nº 16/97-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito especial até o limite de R\$ 2,61 milhões, para os fins que especifica; "PL nº 20/97-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito no valor de R\$ 4,12 milhões, para os fins que especifica; "PL nº 21/97-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral e da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, crédito especial até o limite global de R\$ 500,60 mil, para os fins que especifica. Plenário 2 do Anexo II da Câmara dos Deputados

Quarta-feira (24.09.97)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PEC nº 46/95, que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica; "PEC nº 6/96, que torna o voto facultativo; "PEC nº 52/95, que suprime o parágrafo 3º do art. 199 da Constituição federal, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; "PEC nº 24/96, que atribui competência legislativa concorrente à União, estados e Distrito Federal em matéria de Direito Penal e Processual Penal; "PEC nº 58/95, que fixa o princípio da coincidência geral dos pleitos eleitorais; e "PEC nº 12/96, que cria Tribunais Regionais Federais. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLS nº 66/96 (terminativo), que dispõe sobre a utilização, pelos usuários, das portas dianteira e traseira dos ônibus urbanos; "PLS nº 32/97 (terminativo), que dispõe sobre o tratamento medicamentoso da dor em pacientes portadores de neoplasias comprovadas, por meio de entorpecentes; e "PLS nº 83/95 (terminativo), que dispõe sobre o enquadramento dos juizes claudicantes temporários, como segurados, no regime geral da Previdência Social. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

Quinta-feira (25.09.97)

ESPECIAL

18h - Lançamento do livro *O Conflito entre Tratado Internacional e Norma de Direito Interno*, de autoria da professora Mirtó Fraga, com apresentação do senador Josaphat Marinho. Biblioteca do Senado

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho

Joel de Holanda - Marluço Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helivaldo Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editores - Djálba Lima, Edson de Almeida, José Humberto Mancuso e Luiz Augusto Gollo

Repórteres da Agência Senado - Eli Teixeira, Teresa Cardoso, Suely Bastos, Rita Nardelli, Lúcio Leal, Domingos Mourão, Monica Cocus, Gilberto Campos, Graça Henriques, Paulo Henrique Bezerra, Jorge Frederico, Antonio Carabalo, Bernadete Barboza, Rafael Paixão, Alessandra Rocha, Fábio Lino, Anhouse Silveira, Márcia Magalhães e Beatriz Mendonça

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Roosevelt Pinheiro

Revisão - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211

Fax: (061) 311-3137 - Brasília - DF

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

O material jornalístico produzido pela Agência Senado é também distribuído na Internet, no STM-400 da Embratel e para 110 veículos de comunicação em todo o país.

A suspensão da licitação inicial para a exploração particular de madeira na Floresta Nacional do Tapajós, no Pará, determinada pelo Ministério Público, recebe o apoio do senador, preocupado com o futuro da floresta

Para Jefferson, todo cuidado é pouco na Amazônia

O senador Jefferson Péres (PSDB-AM) defendeu a necessidade de qualquer iniciativa de exploração empresarial da floresta ser precedida de competentes e cuidadosos estudos de impacto ambiental numa perspectiva multidisciplinar.

A adoção desse rumo, segundo o senador, irá pressupor uma decisão política do governo federal de prestigiar e apoiar financeira e institucionalmente o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), "sem dúvida o maior e mais precioso repositório de dados, informações e conhecimentos científicos" sobre a região.

Jefferson Péres defendeu também a importância de o governo federal prestar informações à sociedade sobre as reais condições dos recursos técnicos, materiais, financeiros e humanos atualmente à disposição do Ibmama para o exercício de seu papel de órgão normativo, executor e fiscalizador da política florestal brasileira.

Para o senador, à primeira vista as razões apresentadas pelo governo em apoio à nova política florestal "fa-

zem todo o sentido", já que é preciso refrear a escalada de devastação clandestina e repensar integralmente a estrutura de incentivos vigentes, para que se estabeleça um novo modelo capaz de colocar a racionalidade produtiva a serviço da preservação do gigantesco patrimônio de biodiversidade e do aumento dos padrões gerais de bem-estar das populações locais.

Apesar desse entendimento, Jefferson considerou "oportuna" a recente decisão do Ministério Público de sustar o processo licitatório inicial para a exploração privada de madeira na Floresta Nacional do Tapajós, no Pará. Isso porque, segundo o senador, há um sólido conjunto de argumentos alternativos que, "se não descartam cabalmen-

te a exploração econômica do patrimônio florestal da Amazônia, ao menos recomendam um exame mais minucioso das condições efetivas desse aproveitamento".

Entre as preocupações do senador está a resultante do fato de que a floresta amazônica é "o pivô de um delicado e complexo ecossistema em equilíbrio, no qual 50% do suprimento da bacia hidrográfica provém da evapotranspiração das folhas".

- Portanto, experiências de exploração mal planejadas e executadas poderão ameaçar irremediavelmente a sobrevivência da flora, da fauna e sobretudo das populações cujo ciclo de vida é regido pela pesca e pela navegação naqueles rios - disse ele.



Jefferson: experiências mal executadas são o risco maior

Freire: liquidação do Banap foi, no mínimo, precipitada

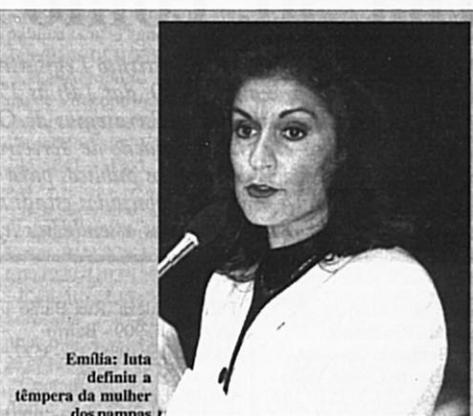
O senador Roberto Freire (PPS-PE) afirmou que a liquidação extrajudicial do Banco do Estado do Amapá (Banap) evidenciou postura discriminatória "não rara" do Executivo em relação aos estados do Norte e do Nordeste. "O pacto federativo não funciona igualmente para todos os estados, e, lamentavelmente, o governo federal não nos reserva a mesma cautela e respeito que guarda para o restante do país", enfatizou.

Freire considerou "apressada, intempestiva e desrespeitosa" a forma com que o Banco Central interveio no Banap, por não levar em conta negociações entre o go-

verno do estado e o próprio BC, que, segundo disse, objetivavam capitalizar e recuperar o banco estadual.

De acordo com o senador, só foi possível impedir a fraude contra investidores estrangeiros em lançamento de títulos do Banap porque o governo do estado, "que já tinha identificado a falcatrua, suspendeu a operação e iniciou as investigações".

- Se a história acontecesse em Minas, São Paulo ou Rio Grande do Sul, mesmo que os governos desses estados não tivessem cancelado a operação fraudulenta, como aconteceu no Amapá, o Banco Central não teria a mesma atitude - concluiu.



Emília: luta definiu a tempera da mulher dos pampas

Emília reverencia a Revolução Farroupilha, que forjou os gaúchos

A senadora Emília Fernandes (PDT-RS) reverenciou sexta-feira a Revolução Farroupilha, que é comemorada dia 20 de setembro, "data máxima do Rio Grande do Sul".

Ela disse que "o espírito farrapo, marco da formação social, política e principalmente ideológica da sociedade gaúcha", manifesta-se cada vez com mais força, expressando "a insatisfação com a situação econômica e política atual".

- Se os farroupilhas lutaram para defender o couro e o charque, fontes de riquezas da época, hoje os produtores rurais gaúchos levantam-se em defesa da agropecuária do Rio Grande, que vem sendo massacrada pela política econômica em curso no país, apesar de âncora do Plano Real - disse.

Emília afirmou que "a guerra contra a sangria dos impostos naquela época, por parte do poder central, certamente inspira a mobiliza-

ção de prefeitos e vereadores contra o verdadeiro saque aos cofres dos municípios, promovido pela Lei Kandir e pelo Fundo de Estabilização Fiscal".

Referindo-se às comemorações da data histórica, a senadora afirmou que o processo revolucionário, "em sua radicalidade", definiu o perfil da mulher gaúcha, caracterizado pela "determinação, iniciativa, objetividade, ousadia e coragem". Iniciado em 20 de setembro de 1835, o movimento separatista gaúcho durou cerca de dez anos e revelou revolucionários como Bento Gonçalves e Anita Garibaldi na luta contra o poder federal.

- É importante destacar que as comemorações da Revolução Farroupilha integram rio-grandenses de todas as origens, que se encontram perfeitamente integrados com os valores daquele estado - assinalou Emília Fernandes.



Freire: pressa e desrespeito

TELECONFERÊNCIA

Dia 30, como obter verbas na fonte

O Senado Federal, através do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), realiza no próximo dia 30, das 14h às 17h, a Segunda Teleconferência sobre Estratégias de Obtenção de Recursos Federais, sem Intermediação de Terceiros. Essa teleconferência tratará de recursos públicos para a área de saúde, e é dirigida a prefeitos, deputados estaduais, vereadores e servidores públicos das assembleias legislativas,

das câmaras e prefeituras municipais.

A transmissão da teleconferência será feita via Embratel e recebida por meio de telões instalados nos auditórios dos órgãos do Ministério da Fazenda, distribuídos pelas capitais e nas principais cidades.

A seguir, a relação, por estado, dos pontos de recepção da teleconferência.

<p>ACRE Ed. do Ministério da Fazenda/Rio Branco Rua Benjamin Constant, 1005 Bairro Cadeia Velha - Tel: (068) 224-3385 R/ 192 Fax: (068) 224-5048</p>	<p>CEARÁ DRF/Fortaleza Rua Barão de Aracati, 909 - Bairro Aldeota Tel: (085) 252-3577 Fax: (085) 252-3256 DRF/Juazeiro do Norte Rua José Andrade de Lavor, 2001 Romeirão Tel: (088) 451-1818 Fax: (088) 571-1824</p>	<p>esquina c/ Rua 5 - Setor Oeste Tel: (062) 226-1067 Fax: (062) 224-7859</p>	<p>1420 Fax: (031) 286-1695 DRF/Contagem Av. José Faria da Rocha, 5531 - Jardim Eldorado Tel: (031) 399-6443 Fax: (031) 399-6402 DRF/Curvelo Rua Pacifico Mascarenhas, 365 - Centro Tel: (038) 729-3020 Fax: (038) 729-3023</p>	<p>Tel/Fax: (041) 223-6373 DRF/Ponta Grossa Av. Visconde de Taunay 1051 - Centro Tel: (042) 225-1200 Fax: (042) 224-6534 DRF/Foz do Iguaçu Av. Paraná, 1227 - Centro Tel: (045) 522-1315 Fax: (045) 573-1290 DRF/Maringá Av. XV de novembro, 527 - Centro Tel/Fax: (042) 226-4400 DRF/Londrina Rua Brasil, 865 - Centro Tel: (043) 323-4335 Fax: (043) 324-5259 DRF/Cascavel Rua Rio Branco do Sul, 1289 - Centro Tel: (0452) 24-3000 IRF/Paraguá Rua Coronel José Lobo, 2300 - Centro Tel: (041) 423-3041</p>
<p>ALAGOAS Ed. do Ministério da Fazenda/Maceió Praça D. Pedro II, nº 16 - Centro Tel/Fax: (082) 221-4861 DRF/Maceió Rua Sá de Albuquerque, 541 - Jaraguá Tel/Fax: (082) 221-4433</p>	<p>DISTRITO FEDERAL ESAF/Brasília Rodovia BR 251 - Estrada de Unai - Km 04 Fone: (061) 366-3613 Fax: (061) 366-3614 Ed. Órgãos Regionais do MF/Brasília Q. 03 Bloco "O" Setor de Autarquias Sul Fone: (061) 223-3323 Centro de Treinamento da ESAF/Brasília SDS - Centro Comercial CONIC - 5º andar Fones: (061) 225-8374 e 225-8388 Fax: (061) 321-0019 Ed. Sede do Ministério da Fazenda/Brasília Esplanada dos Ministérios, bloco P, térreo</p>	<p>MARANHÃO Ed. do Ministério da Fazenda/São Luiz Rua Osvaldo Cruz, 1618 - Centro Tel: (098) 231-2604 Fax: (098) 231-2714 DRF/Imperatriz Rua Rui Barbosa, 302 - Centro Tel: (098) 721-2423 Fax: (098) 722-3423</p>	<p>DRF/Divinópolis Rua São Paulo, 267 - Centro Tel: (037) 222-6677 DRF/Montes Claros Praça Dr. Carlos Versiani, 55 - Centro Tel: (038) 229-1120 Fax: (038) 229-1116 DRF/Uberaba Av. Mª Carmelita Castro Cunha, 165, 3º andar - Vila Olímpica Tel: (034) 318-8156 Fax: 9034) 318-8105</p>	<p>PERNAMBUCO Ed. do Ministério da Fazenda/Recife Av. Alfredo Lisboa nº 1152 DRF/Caruaru Praça Pedro Souza, 100 - Centro Tel: (081) 722-1522 - r/13 Fax: (081) 722-1622</p>
<p>AMAZONAS Ed. Ministério da Fazenda/Manaus Rua Marechal Deodoro, 27 - Centro</p>	<p>ESPIRITO SANTO ALF/Porto de Vitória Rua Governador José Sete, 176 - Ed. Jupanã Tel: (027) 222-7900 Fax: (027) 222-4810 DRF/Vitória Tel/Fax: (027) 223-9388 Edifício do Ministério da Fazenda/Vitória Rua Pietrângelo de Biase, 56, 3º andar - Centro Tel: (027) 322-0711 Fax: (027) 223-9388</p>	<p>MATO GROSSO Ed. do Ministério da Fazenda/Cuiabá Av. Getúlio Vargas, 490 - Centro Tel: (065) 321-5206 Fax: (065) 624-1877</p>	<p>DRF/Uberlândia Av. Rondon Pacheco, 4488 - Tibery Tel: (034) 239-9065 Fax: (034) 239-9059 DRF/Varginha Av. Rui Barbosa, 10 - Centro Tel: (035) 219-2121 Fax: (035) 219-2627 ALF/Aeroporto Internacional Tancredo Neves Prédio próprio da Receita Federal no Aeroporto Tel: (031) 399-6443 Fax: (031) 399-5402</p>	<p>PIAUI Ed. do Ministério da Fazenda/Teresina Praça Marechal Deodoro, s/nº - Centro Tel: (086) 221-4410 Fax: (086) 221-8249</p>
<p>AMAPÁ DRF/Macapá Rua Eliezer Levy, 1350 - Central Tel: (096) 223-6806 Fax: (096) 222-2533</p> <p>BAHIA Centresaf/Salvador Av. Frederico Pontes s/nº - Comércio Tel: (071) 320-2101 Fax: (071) 320-2105 ALF/Porto de Salvador Av. França, s/nº, 3º andar - Comércio Tel: (071) 326-0235 DRF/Feira de Santana Av. Getúlio Vargas, 195, 4º andar, sala 401 Tel: (075) 623-5265 DRF/Vitória da Conquista Praça Virgílio Ferraz, 32, 1º subsolo - Centro Tel: (073) 424-1744 ARF/Itabuna Rua Rui Barbosa, 260 Tel: (073) 613-4712 Fax: (073) 211-4319 IRF/Ilhéus Av. Visconde de Mauá, s/nº, 3º andar Tel: (073) 634-7320</p>	<p>GOIÁS Ed Sede do MF/Goiânia Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira, 210 Centro Tel: (062) 225-7611 Fax: (062) 224-7017 DAMF/Goiânia Tel: (062) 227-8070 Fax: (062) 227-8069 DRF/Goiânia Av. B</p>	<p>MATO GROSSO DO SUL IRF/Mundo Novo Av. Brasil, 539 - Centro Tel: (067) 474-1525 Fax: (067) 474-2234 IRF/Ponta Porã Av. Internacional, 860 - Bairro Monte Castelo Tel: (067) 431-1401 Fax: (067) 431-1301 DRF/Campo Grande Rua João Pedro de Souza, 1025 - Jardim Monte Tel: (067) 383-3671 Fax: (067) 383-1699 IRF/Corumbá Rua Cuiabá, 581 - Centro Fone: (067) 231-6688 Fax: (067) 231-1355 Ed. do MF/Campo Grande Rua 14 de Julho, 992, 2º andar Tel: (067) 789-7232 Fax: (067) 384-1717</p>	<p>PARÁ Ed. do Ministério da Fazenda/Belém Rua Gaspar Viana, 485, Bairro Comércio DRF/Santarém Praça Monsenhor José Gregório, 14 - Centro Tel: (091) 523-2505 Fax: (091) 523-2804</p>	<p>RIO DE JANEIRO Centresaf/Rio de Janeiro Av. Presidente Antônio Carlos, 375, 12º andar, sala 1211 - Centro Tel: (021) 240-7123 Fax: (021) 240-6771/6724 IRF/Macaé Rua São João, 32 Tel: (0247) 22-9933 Fax: (0247) 22-9943 DRF/Campos Boulevard IRF/São Sebastião Av. Altino Arantes, 614 Centro - Cep: 11.600-000 Fone: (012) 452-1500 Fax: (012) 452-2366 ALF/Aeroporto</p>
		<p>MINAS GERAIS Ed. do Ministério da Fazenda/Belo Horizonte Rua Goiás, 151 - Centro Tel/Fax: (031) 218-6068 Centro de Treinamento da ESAF/Belo Horizonte Av. Celso Porfirio Machado, 600 - Belvedere Tel: (031) 286-</p>	<p>PARAÍBA Ed. do Ministério da Fazenda/João Pessoa Av. Eptácio Pessoa, 1705 - Bairro dos Estados PARANÁ CENTRE/Curitiba Rua João Negrão nº 246 - Centro</p>	

TELECONFERÊNCIA

Francisco de Paula Carneiro,
10 Tel: (0247) 33-3555 Fax:
(0247) 22-8200 ou 22-9493
DRF/Nova Iguaçu
Rua Atafé Pimenta de
Moraes, 220 Tel/Fax: (021)
667-2353 ou 667-2294
DRF/Volta Redonda Av.
Getúlio Vargas, 775 Tel/Fax:
(0243) 48-1201
ALF/Aeroporto Internacional
do Rio de Janeiro

Estrada do Galeão, 5335 Ilha
do Governador Tel: (021) 462-
0801 - r/235 Fax: (021) 462-
0449 - r/232

DRF/Niterói Rua
Almirante Teffe, 668 - Centro
Tel/Fax: (021) 717-9429 ou
717-1617

IRF/Angra dos Reis
Rua Largo da Lapa, 35 Tel:
(0243) 65-0852 Fax: (0243)
65-2099

DRF/Campo dos Goitacazes
Tel: (0247) 22-9933 Fax:
(0247) 22-9943

Ed. do Ministério da Fazenda/
Rio de Janeiro Av. P.
Antônio Carlos, 375

**RIO GRANDE DO
NORTE**
Ed. do Ministério da Fazenda/
Natal Esplanada Silva
Jardim, 109 - Ribeira Tel:
(084) 211-4861

RIO GRANDE DO SUL

Ed. do Ministério da
Fazenda/Porto Alegre Av.
José Loureiro da Silva, 445
Cidade Baixa

DRF/Santa Maria

Rua Riachuelo, 80 - Centro

DRF/Novo Hamburgo

Rua Almirante Tamandaré,

221 - Boa Vista Tel: (051)

594-5322

DRF/Caxias do Sul

Rua Desembargador

Armando Azambuja, 150 -

Rio Branco Tel: (054) 223-

4133 - r/2100 Fax: (054)

223-5017

DRF/Passo Fundo

Rua Paissandu, 753 -

Centro Tel: (054) 313-5000 -

r/224

DRF/Uruguaiana

Rua Cônsul Antônio Mary

Ulrich, 1149 Tel: (055) 412-

5655 Fax: (055) 412-5830

DRF/Rio Grande

Rua Marechal Floriano

Peixoto, 300 - Centro Tel:

(053) 232-9355 Fax: (053)

232-9355

DRF/Santana do

Livramento Av.
Presidente João B. Goulart,
15 Centro Tel: (055) 242-

5400

DRF/Pelotas Praça

Domingos Rodrigues, 2-A

Tel/Fax: (053) 225-2955

DRF/Santo Angelo Rua

Marquês do Herval/Duque

de Caxias, 953 Tel: (055)

312-1064 Fax: (055) 312-

3060

RONDÔNIA

DRF/Porto Velho Av.

Rogério Weber, 1752 -

Centro Tel: (069) 223-2424/

27 - r/220

Contato: João Carlos/Porto

Velho Av. Capitão Castro

2689 Fone: (089) 32111250

Contato: Amaro/Martinelli/Ji-

paraná Rua Presidente

Vargas, 333 Centro Fone:

(089) 4213219/3229

RORAIMA

DRF/Boa Vista Rua Agnelo

Bittencourt, 84 - Centro Tel:

(095) 623-9622

SANTA CATARINA

Ed. Ministério da Fazenda/
Florianópolis Rua Nunes

Machado, 32

DRF/Joaquim Rua Getúlio

Vargas, 345 Centro Fone:

(049) 522-1088 Fax: (049)

522-0504

DRF/Joinville Rua Mário

Lobo, 180 Centro Fone:

(0474) 33-2300

IRF/Itajaí Rua Pedro

Ferreira, 34 Centro Fone:

(0473) 445722

ARF/Blumenau Rua Sete de

Setembro, 933 Centro Fone:

(0473) 26-0888

IRF/São José dos Pinhais

(Aeroporto Afonso Pena)

Av. Rocha Pombo s/n.º Fone:

(041) 282-1571

SÃO PAULO

Ed. do Ministério da

Fazenda/São Paulo Av.

Prestes Maia, n.º 733 - Bairro

Luz

Ed. do Centro de

Treinamento da ESAF/São

Paulo Av. Pacaembu, 715 -

Barra Funda Fone: (011) 66-

8067 Fax: (011) 825-

3319

Ed. da DRF/Bauru Rua

Bandeirantes, 780 - Centro

Cep: 17015-011 Fone:

(0142) 231955 R: 138 Fax:

(0142) 23-0394

Ed. da DRF/Campinas Av.
Prefeito Fana Lima, 235

Parque Itália

Ed. da DRF/Osasco Rua

Avelino Lopes, 156 - Centro

Fone: (011) 702-6866 Fax:

(011) 701-9984

Ed. da DRF/Ribeirão Preto

Av. Dr. Francisco Junqueira,

2625 - Jardim Macedo Fone:

(016) 635-2011 Fax:

(016) 635-2011

Ed. da DRF/Santo André

Av. José Caballero, 35 -

Centro Cep: 09040-209

Fone: (011) 440-6633 Fax:

(011) 454-5813

Ed. da ALF/Santos

Praça da República s/nº

Ed. da DRF/S. J. Rio Preto

Rua Roberto Marge, 360 -

Nova Redentora Cep: 15090-

150 Fone: (017) 227-6699

Fax: (017) 227-2689

Ed. da DRF/Taubaté Av.

Desembargador Paulo de

Oliveira Costa, 339 - Centro

Fone: (0122) 32-9029 Fax:

(0122) 21-5291

DRF/São Bernardo do

Campo Av. Marechal

Theodoro, 1754 Centro Cep:

0971-201 Fone: (011) 458-

9660 Fax: (011) 443-

4835

DRF/S. J. dos Campos Rua

Adhemar de Barros, 550,

Vila Ady Ana

DRF/Marília Rua 4 de

Abril, 840 Centro - Cep:

17.500-012 Fone: (014) 433-

0444 Fax: (014) 433-

6083

DRF/Araçatuba Rua Miguel

Caputti, 60, Jardim Nova

Ilorquê Cep: 16.015-630

Fone: (018) 622-1104 Fax:

(018) 623-5281

IRF/São Sebastião Av.

Altino Arantes, 614 Centro -

Cep: 11.600-000 Fone: (012)

452-1500 Fax: (012) 452-

2366

ALF/Aeroporto Internacio-

nal de São Paulo (Aeroporto

de Cumbica)/Guarulhos A v.

João Jamil Zarif, s/nº Cumbica

Fone: (011) 945-2547 Fax:

(011) 912-3369

DRF/Guarulhos Av.

Mar Humberto A. Castelo

Branco, 400 Vila Augusta -

Cep: 07040-030 Fone: (011)

208-7511 Fax: (011) 6422-

4922

DRF/Presidente Prudente

Av. Washington Luiz, 191 -

Centro Cep: 19010-090 Fone:

(018) 222-4018 Fax: (018)

222-1290

DRF/Santos Praça da Re-

pública, s/nº 3º andar Centro

Tel/Fax: (013) 235-3321

ALF/Aeroporto Internacio-

nal de Viracopos/Campinas

Aeroporto Internacional de

Viracopos s/nº Fone: (019)

245-5641 Fax: (019) 245-

5289

IRF/São Paulo Rua

Florêncio de Abreu, 770 Luz

Fone: (011) 228-1338 Fax:

(011) 227-1102

Contato: Luís de Sousa/
Sorocaba Rua da Pe-

nha, 647 - Fone: (015)

2317424 R. 22

Contato: Maria Inez/Santo

André Av. José Caballero,

171 Fone: (011) 2853211

AISP/São Paulo

Fone: (011) 945-2547 Fax:

(011) 912-6093

São Paulo / Ed. do MF

Fone: (011) 227-5819 Fax:

(011) 227-2689

DRF/São José dos Cam-

pos Av. Nove de Julho,

332 Cep. 12243-001

DRF/Limeira Praça Tole-

do de Barros, 50 Centro Cep.

13480-008 Fone: (0194) 41-

5314 Fax: (0194) 41-9204

SERGIPE

Ed. Ministério da Fazenda/
Aracaju Praça Fausto Car-

doso, 372 Tel: (079) 222-3139

ou 222-3138

TOCANTINS

DRF/Palmas ACNO 1,

Conj. 2, lote 34/36 - Centro

Tel: (065) 321-5206 Fax:

(065) 624-7-1877

TV SENADO HOJE

24 horas no ar

7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)

7h40 - Música e informação

13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)

13h45 - Música e informação

14h15 - "Plenário em Revista"

14h30 - Sessão plenária

Em seguida - Música e informação

19h - "A Voz do Brasil"

20h - Música e informação

22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)

22h45 - Música e informação

24h - Retransmissão da sessão plenária

3h - Música e informação até as 7h30

RÁDIO SENADO HOJE

24 horas no ar

7h - Entrevista com o senador Lauro Campos (PT-DF) sobre a

política econômica adotada no país (reapresentação)

8h - Debate entre o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) e o

consultor do Ministério do Meio Ambiente, José Cesário de

Barros, sobre o consórcio ecológico

9h30 - Entrevista com o senador Lauro Campos

(reapresentação)

10h - Palestra sobre a "Operação Mãos Limpas" com os

procuradores italianos (reapresentação)

14h30 - Sessão plenária (vivo)

Em seguida - Audiência pública da Comissão Mista de

Orçamento em Curitiba (pré-gravada)

20h30 - "Congresso Hoje"

20h40 - Sessão plenária (reapresentação)

1h - Debate entre o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) e o

consultor do Ministério do Meio Ambiente, José Cesário de

Barros (reapresentação)

2h30 - Sessão plenária (reapresentação)

6h30 - "Congresso Hoje" (reapresentação)

Senador não concorda que governo indique nomes à aprovação do Senado ou os nomeie sem especificar os cargos que ocuparão. Jefferson Péres, na presidência da sessão, considerou que a prática não é normal e, portanto, passível de revisão

Suplicy questiona forma de indicação de diretor do BC

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu sexta-feira à Mesa do Senado que reflita sobre o fato de o Banco Central considerar normal nomear diretores aprovados pela Casa, sem especificar as áreas em que atuarão. Na presidência da sessão, o senador Jefferson Péres (PSDB-AM) disse que isso não é normal e opinou que, no caso, caberia uma proposta de decreto legislativo cassando as designações.

Suplicy lembrou que, há algum tempo, já havia alertado a Mesa da Casa para a escolha de dois diretores do BC pelo presidente da República. Conforme explicou, esses nomes foram submetidos ao Senado sem a indicação da área em que atuariam. O Senado solicitou essa informação e, depois de atendido, aprovou os nomes com base em parecer do relator Wilson Kleintübing (PFL-SC).

Mas, conforme o senador, o governo nomeou os diretores sem especificar, no ato de nomeação, que áreas eles comandariam. Questionado sobre isso, o presidente do BC, Gustavo Franco, encaminhou um ofício ao Senado, dizendo que, ao determinar que é

competência privativa dos senadores aprovar a escolha do presidente e diretores daquela instituição financeira, a Constituição nada menciona sobre as áreas em que eles atuarão.

No ofício, o presidente do Banco Central disse também que o Decreto 91.961/85, que dispõe sobre a diretoria da instituição, além de não especificar as áreas de atuação dos diretores, confere poder ao presidente da instituição para definir a competência e as atribuições de sua diretoria. Portanto, teria sido por "falta de previsão legal para tanto" que o BC não especificou os cargos que os diretores exerceriam.

Eduardo Suplicy argumentou contudo que a própria designação de Gustavo Franco, quando diretor da Área Externa do BC, para a presidência da instituição contesta essa tese apresentada agora. "Como ele tinha sido aprovado pelo Senado para dirigir a Área Externa, o presidente da República enviou nova mensagem quando decidiu nomeá-lo para dirigir o banco", exemplificou o senador.

PARANÁ

Para Suplicy, o ingresso do governador Jaime Lerner no PFL fez com que setores con-

servadores do latifúndio no Paraná se articulassem com a Secretaria de Segurança Pública daquele estado, começando a fazer prisões de líderes sem-terra e despejos sem ordem judicial.

O senador disse que, desde o ingresso de Lerner no PFL, já foram feitos três despejos sem ordem judicial, "dois deles de madrugada, o que é proi-



Suplicy: aprovação só com o cargo já determinado

bido por lei".

Suplicy destacou ter informações de que o secretário de Segurança do Paraná envia listas de nomes de lideranças aos comandos da Polícia Militar para efetuar prisões sem ordem judicial. Em virtude disso, prosseguiu, já existem 28 lideranças presas, em

cinco municípios diferentes. O senador também informou que a cidade de Querência do Norte (PR) está, nesse momento, sitiada pela PM. E mais: quatro trabalhadores sem-terra já foram assassinados naquele estado, este ano, "sem que haja processo e nenhum preso".

Em aparte, Lúdio Coelho (PSDB-MS) afirmou que 146

invasão de propriedades. "Tenho a impressão de que poderíamos, juntos, fazer uma reforma agrária sem violência", disse Lúdio Coelho.

GREVE

Suplicy também renovou na sexta-feira apelo no sentido de que o governo encontre "uma solução de bom senso" para a greve dos funcionários dos Correios, superando o impasse.

O senador disse estar preocupado com "a situação de acéfalia" em que se encontra a estatal desde que o ministro das Comunicações, Sérgio Motta, anunciou a demissão de todos os seus diretores.

- Se não há responsáveis pela ECT, como superar esse episódio? Estará o ministro dando orientação para um tratamento adequado do problema, ou será que vai criar um clima de tensão muito maior? - questionou.

Suplicy protestou contra o anúncio de dezenas de demissões de funcionários da empresa, e insistiu na necessidade de que alguma autoridade do governo se disponha a dialogar diretamente com os trabalhadores.

Bezerra pede que aeroporto de Cáceres seja internacional



Bezerra: ecoturismo mundial

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) informou ter enviado ofício ao ministro da Aeronáutica, Lélvio Viana Lobo, pedindo a internacionalização do aeroporto de Cáceres (MT), argumentando que a cidade constitui-se em ponto estratégico para o fomento do comércio exterior do Brasil com os seus vizinhos, notadamente Bolívia, Equador e Chile.

Além disso, ele ressaltou o desenvolvimento ecoturístico da região, que "se transformou num pólo de convergência para aqueles que desejam conhecer e desfrutar da beleza do Pantanal mato-grossense".

Bezerra disse que, se adotada a medida, a cidade "passaria a ter mais atenção da Receita e da Polícia Federal em relação à prevenção do contrabando, do comércio ilegal de animais e da prevenção do tráfego internacional de drogas".

O senador tratou também da importância da região para o ecoturismo internacional. Ele se reportou à realização em Cáceres, entre 27 e 28 de setembro, do XVIII Festival Internacional de Pesca, que é "reconhecido pelo livro *Guinness dos records* como o maior evento dessa natureza no mundo".

Miranda leva aos Anais artigo sobre plano de saúde

O senador Gilberto Miranda (PFL-AM) solicitou a transcrição nos Anais da Casa de artigo do médico e professor Raul Cutait, publicado na edição da *Folha de S. Paulo* de 16 de setembro, sob o título *Saúde Privada: qual o caminho?*

Para o autor do artigo, a cobertura de todas as doenças pelos planos privados de saúde seria ideal, não fosse o alto custo que isso acarretaria para os clientes. Raul Cutait defende uma regulamentação clara, sem enganos, para os clientes dos planos, que, ao mesmo tempo, estimule o desenvolvimento do setor privado da saúde.



Miranda: contribuição ao debate

Presidente da Comissão Parlamentar Mista, o senador voltou de Buenos Aires, onde aconteceu a última reunião dos países membros, convencido de que é preciso intensificar a participação de parlamentares nas discussões

Lúdio propõe mais políticos no Mercosul

O senador Lúdio Coelho (PSDB-MS), presidente da Comissão Parlamentar Mista do Mercosul, relatou sexta-feira em plenário os resultados da última rodada de debates, em Buenos Aires, sobre o processo de integração regional, manifestando sua convicção de que "uma crescente participação dos parlamentares dos países membros deverá melhorar a qualidade da integração no Mercado Comum do Cone Sul".

Para o senador, a reunião permitiu avaliar o processo de integração do Chile e da Bolívia ao Mercosul e o amadurecimento do compromisso de que qualquer alteração no câmbio dos países membros deverá ser previamente acertada entre os integrantes do mercado.

A polêmica sobre a taxa adicional do açúcar brasileiro no mercado argentino, por outro lado, já foi superada por



Lúdio: participação mais intensa

entendimentos entre os governos dos dois países, acrescentou Lúdio Coelho.

Em aparte, a senadora Emília Fernandes (PDT-RS), também da Comissão Parlamentar Mista do Mercosul, mostrou otimismo em relação à integração entre os países do Cone Sul e defendeu uma participação crescente dos parlamentares dessas nações nas deliberações em torno das questões no caminho da consolidação do mercado regional.

Carlos Wilson prefere acabar logo com o IPC

O senador Carlos Wilson (PSDB-PE) pediu sexta-feira maior agilidade na tramitação de projeto de sua autoria que extingue o Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC) e se encontra atualmente na Comissão de Assuntos Sociais.

Mesmo considerando que as críticas às aposentadorias dos parlamentares, vistas como "privilégios" e "mordomias", não se apóiam em análises aprofundadas, ele manifestou sua convicção de que "a única forma de reverter esse clima negativo que se criou em relação aos 'privilégios' de que gozariam os membros do Congresso Nacional e de serenar os ânimos da opinião pública é a extinção pura e simples do IPC".

Carlos Wilson disse que, num momento em que o Senado concentra seus trabalhos na votação da reforma previdenciária, "é eticamente difícil cortarmos privilégios de diversos setores da sociedade sem cor-



Carlos Wilson: críticas demais tarmos os nossos, que tantas críticas têm suscitado".

Quanto às críticas dirigidas ao IPC, o senador disse que elas desconsideram o fato de que os parlamentares têm direito à aposentadoria após oito anos de mandato, mas calculado proporcionalmente ao tempo de contribuição. Além disso, frisou, os congressistas precisam ter uma idade mínima de 50 anos para terem acesso à aposentadoria e pagam uma contribuição mensal bastante elevada, correspondente a 10% de sua remuneração bruta.

Ademir luta por união da esquerda contra FHC em 98

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) defendeu sexta-feira a união dos partidos de oposição nas eleições presidenciais do ano que vem e comunicou que os presidentes desses partidos terão um encontro, esta semana, para buscar uma alternativa única para a disputa eleitoral com o presidente Fernando Henrique Cardoso.

— É fundamental percebermos que, nesse momento, temos responsabilidades imensas, devemos superar toda e qualquer dificuldade e nos despirmos do egoísmo de desejar que um determinado partido possa se considerar hegemônico nesse processo — disse.

Ademir elogiou a declaração do governador de Pernambuco, Miguel Arruda, de que Ciro Gomes não se filiará ao PSB por não ser

socialista. O senador ressaltou que não é contra a filiação de Ciro Gomes ao partido, mas sim à condição imposta por ele de ser candidato à Presidência da República.

A postura de Arraes corrobora nossa idéia de que devemos articular para mantermos nossa unidade política, mostrando que o nosso caminho é conjunto. A sociedade espera que a oposição trate com responsabilidade a busca de uma saída política para enfrentar o projeto neoliberal do governo Fernando Henrique de liquidação do Estado brasileiro, de privilégio do poder econômico, desligado dos interesses da população — frisou.

Ademir Andrade registrou ainda o ingresso da ex-prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, ao PSB quinta-feira em São Paulo, com a presença de toda a direção do partido. "Foi



Ademir: imposição, não

um momento extremamente importante da nossa construção partidária", destacou.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) considerou que para o PSB houve um "ganho extraordinário" com a filiação de Erundina, pois, a seu ver, ela é uma "figura fantástica" e possui uma reconhecida postura ética.

Arruda lembra 41 anos da Novacap e lamenta ausência do governador

Ao registrar os 41 anos de fundação da Novacap (Companhia Urbanizadora da Nova Capital), comemorados sexta-feira, o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) disse que o governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque, "esqueceu-se de marcar cinco minutos de sua agenda para comemorar o aniversário da empresa que construiu Brasília". Conforme Arruda, até a missa, que historicamente se celebrava em homenagem à Novacap, não seria realizada.

— Quero homenagear cada funcionário da empresa, desde o engenheiro mais importante até o mais simples trabalhador que ajudaram, com sua inteligência, capacidade de trabalho, suor e esperança de candango, a construir Brasília. Não fossem a Novacap e os pioneiros que



Arruda: bancada está relegada

acreditaram no sonho de JK, este país não teria interiorizado o seu desenvolvimento — afirmou.

Na opinião de Arruda, o governador erra quando convida parlamentares de outros estados para visitar obras de sua administração e não diz que os recursos são provenientes do governo federal e da intermedia-

ção da bancada do Distrito Federal, que, segundo o senador, foi a única que, durante toda essa legislatura, não apresentou emenda individual ao Orçamento.

— Abrirmos mão de todas as emendas individuais, assinamos apenas as coletivas e, sem perguntarmos de que partido era ou deixava de ser o governador de Brasília, carreamos mais de R\$ 300 milhões para a conclusão de diversas obras e ainda trouxemos recursos para o pagamento integral das áreas de saúde, educação e segurança pública. Esse mesmo governador, que solicita com muita gentileza e cavalheirismo essa postura da bancada de Brasília, nunca nos convidou para qualquer "tour obrístico" — ponderou.

"Recuperar os centros históricos é possibilitar o encontro do povo consigo mesmo", disse o senador, ao elogiar a iniciativa do Ministério da Cultura. Ele afirmou, também, que muitos monumentos estão sob risco de desaparecer

Alcântara exalta preservação da cultura

Ao registrar a passagem do Dia do Patrimônio Histórico, comemorado na quarta-feira, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) elogiou a iniciativa do Ministério da Cultura (MinC) e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) de criar o Programa de Revitalização de Sítios Históricos através da Recuperação do Patrimônio Cultural. Na opinião do senador, "recuperar os centros históricos é possibilitar o encontro do povo consigo mesmo, com suas raízes e com sua cultura".

- Saber a própria história é um requisito para o conhecimento de si; e, sem se co-



Lúcio Alcântara: encontro do povo com suas raízes

nhecer, nenhum povo pode progredir de maneira autônoma. O estado de abandono de muitos dos monumentos nos ameaça com a possibilidade

de perda irreparável desses marcos da História, com a certeza do apagamento de nossa memória - defendeu.

O programa tem por obje-

tivo a preservação de áreas urbanas historicamente valiosas, dentro de uma perspectiva que privilegia o desenvolvimento e a reabilitação urbana, com a recuperação do patrimônio edificado. Isso significa, conforme assinalou, que o MinC e o Iphan têm conhecimento dos problemas criados pelo crescimento desordenado das cidades e de que esse processo só pode ser detido se a preservação for economicamente atraente para proprietários e usuários dessas edificações.

Lúcio Alcântara destacou ainda que a recuperação dos centros históricos resulta em uma grande oferta de empregos.



Lucena: dois anos sem Mariz

Lucena presta homenagem póstuma a Antônio Mariz

O senador Humberto Lucena (PMDB-PB) homenageou a memória do ex-senador e ex-governador paraibano Antônio Mariz, falecido há dois anos. De acordo com o senador, Mariz, "por ser um progressista, sempre trabalhou por uma melhor distribuição de renda entre as regiões e as pessoas, com destaque para o Nordeste".

- No Senado, desenvolveu magnífico trabalho parlamentar, nas comissões e no plenário, destacando-se como relator do processo de *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor; e, como orador, no corajoso e extraordinário discurso que fez no plenário, por ocasião da injustiça de que fui vítima, como candidato a senador, em 1994, por iniciativa do senhor subprocurador eleitoral na Paraíba - disse.

Jucá propõe divulgação de repasses de fundos em página na Internet

Projeto de lei apresentado pelo senador Romero Jucá (PFL-RR) obriga o Ministério da Fazenda, por meio da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), a divulgar, na sua página na Internet, a liberação das cotas referentes aos fundos de Participação dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios. A matéria será apreciada terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Na justificativa do projeto, o

senador ressalva que atualmente a STN divulga espontaneamente na rede os dados referentes ao Fundo de Participação dos Municípios. O senador pretende que essa publicação, além de incluir todos os fundos de participação, torne-se compulsória para evitar que, no futuro, a secretaria, a seu critério, deixe de publicar os dados.

Romero Jucá fez a proposta "visando à democratização da informação, e em cumprimento ao princípio constitucional da publicidade dos atos do governo" (art. 37 da Constituição federal). Ele entende que a medida, se aprovada, dará maior transparência à administração dos recursos públicos e acredita que, apesar de a rede Internet ser acessível a poucos, a tendência é que, "em futuro não muito longínquo, parcela considerável da população possa usufruir" dessa tecnologia.



Jucá: democratizar informação

José Serra busca o cadastramento de quem tem plano de saúde

O cadastramento de beneficiários e segurados de planos e seguros de saúde perante o Sistema Único de Saúde (SUS) será obrigatório, se aprovado projeto apresentado pelo senador José Serra (PSDB-SP). Ele argumenta que o SUS deve conhecer o universo de brasileiros cobertos por uma daquelas formas de assistência médica, para que "possa ter uma melhor condição de planejar seus investimentos futuros".

O senador afirma que são frequentes as situações de atendimento de beneficiários e segurados de planos e seguros de saúde em serviços públicos de emergência, uma vez que são poucos os prontos-socorros com complexidade tecnológica mantidos pela iniciativa privada.

José Serra lembra ainda que em muitos casos estão envolvidos procedimentos de alta complexidade, que os serviços próprios ou conveniados da



Serra: ressarcimento ao SUS empresa operadora não oferecem.

Ele assinala que sua proposição, "com as devidas alterações legais, poderá no futuro ser o ponto de partida para que o SUS venha a ser ressarcido pela companhia seguradora ou pela operadora do plano do cliente atendido".